

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTROS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER – CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 09/2019

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e Normatização Contábil – DNC
Atualizado em 02/04/2020**

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – IMPOSTOS.....	3
2.1– Reconhecimento Inicial do Ativo	4
2.2– Mensuração do Ativo após reconhecimento.....	4
2.2.1 – Atualização do crédito a receber	4
2.2.2 – Recebimento do Crédito.....	4
2.2.3 – Desreconhecimento do Ativo.....	5
2.2.4 – Transferência para Dívida Ativa ou Crédito de Longo prazo.....	5
2.3– Dívida Ativa	6
2.3.1 – Mensuração da Dívida Ativa	6
2.3.2 – Recebimento da Dívida Ativa	6
2.3.3 – Transferências entre curto e longo prazo	7
2.4– Ajuste para Perdas.....	7
2.4.1 – Ajuste para Perdas – Créditos de Auto de Lançamento	7
2.4.2 – Ajuste para Perdas – Dívida Ativa	8
2.5 – Provisão para Repartição Tributária	8
2.6 – Impostos Recebidos Antecipadamente	10
3 – TAXAS	11
4 – EVIDENCIAÇÃO	11

1 – INTRODUÇÃO

Este Guia de Lançamentos Contábeis tem por objetivo demonstrar os registros contábeis relacionados à Instrução Normativa CAGE nº 09/2019, que dispõe sobre os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação de créditos tributários pelo regime de competência.

Seguem alguns conceitos definidos pela Instrução Normativa:

a) Tributos: são benefícios econômicos ou potencial de serviços compulsoriamente pagos ou a pagar às entidades do setor público, de acordo com a lei, estabelecidos para gerar receita para o governo, compreendendo:

I - os impostos, e

II - as taxas;

b) Fato Gerador: é um ato ou fato que, uma vez concretizado, gera a obrigação de pagar tributo à entidade do setor público, de acordo com a legislação;

c) Dívida Ativa Tributária: é o conjunto de créditos tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

d) Informação Confiável: é a informação fidedigna e compreensível que pode ser verificada diretamente em sistema ou relatório emitido por autoridade competente.

2 – IMPOSTOS

Em relação aos impostos, consideram-se satisfeitos os critérios de reconhecimento do crédito no ativo quando ocorrer o lançamento da receita, no momento em que a autoridade tributária constituir o crédito. O reconhecimento inicial deve ocorrer em conta do Ativo Circulante.

2.1– Reconhecimento Inicial do Ativo

O reconhecimento inicial deve ocorrer em conta que reúne todos os créditos tributários a receber, por meio do seguinte lançamento:

D - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

C – 4.6.3.9.1.01.02.0221 – Inscrição de Créditos de Auto de Lançamento

2.2– Mensuração do Ativo após reconhecimento

Após o reconhecimento inicial, o ativo circulante pode:

- a) aumentar, pelas atualizações;
- b) reduzir pelo recebimento ou pelo desreconhecimento do crédito;
- c) ser transferido para a Dívida Ativa ou para Créditos de Longo Prazo.

2.2.1 – Atualização do crédito a receber

Os encargos incidentes sobre os créditos, como juros e multa, devem ser reconhecidos pelos respectivos fatos geradores.

As atualizações podem ser analisadas e lançadas em conjunto, mensalmente, pelo seguinte lançamento:

D - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

C – 4.6.3.9.1.01.02.0221 – Inscrição de Créditos de Auto de Lançamento

2.2.2 – Recebimento do Crédito

O recebimento deve ser registrado, sempre que possível, a crédito do respectivo ativo, com o seguinte lançamento contábil:

- a) Pelo recebimento:

D – 1.x.x.x.x.x.x.xxxx – Disponibilidades

C - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

No entanto, quando o recebimento for registrado à crédito de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), em decorrência do registro automático da transação de receita pela arrecadação, o Ativo deve ser baixado pelo seguinte lançamento:

a) Pela baixa do ativo já recebido:

D – 3.6.5.1.1.03.01.0221 – Baixa de Créditos de Auto de Lançamento

C - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

2.2.3 – Desreconhecimento do Ativo

Quando surgirem incertezas acerca do recebimento de valor já considerado como crédito a receber, as perdas estimadas devem ser reconhecidas em conta redutora de ajuste para perdas do respectivo crédito, conforme orientação do item 2.4.

No entanto, quando o crédito se tornar incobrável, pela prescrição ou por outro motivo, deve ser providenciado o desreconhecimento, pelo seguinte lançamento contábil:

a) Pelo Desreconhecimento:

D – 3.6.5.1.1.03.01.0221 – Baixa de Créditos de Auto de Lançamento

C - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

2.2.4 – Transferência para Dívida Ativa ou Crédito de Longo prazo

Os créditos tributários a receber, reconhecidos inicialmente no ativo circulante, devem ser transferidos para conta contábil de ativo não circulante quando:

I - inscritos em dívida ativa; ou

II - for improvável que sejam satisfeitos em até doze meses do encerramento do exercício.

A transferência deve ocorrer por um dos seguintes lançamentos:

a) Pela Inscrição em Dívida Ativa:

D - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

C - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

b) Pela transferência para o Longo Prazo, sem inscrição em dívida ativa:

D - 1.2.1.1.1.01.01.0221 – Créditos de Autos de Lançamento - LP

C - 1.1.2.1.1.01.99.0221 – Créditos de Autos de Lançamento

2.3– Dívida Ativa

A dívida ativa deve ser registrada em transferência dos créditos já reconhecidos, conforme item 2.2.4, ou, quando se tratar de reconhecimento inicial, diretamente no longo prazo, pelo seguinte lançamento contábil:

D - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

C - 4.6.3.9.1.01.01.0109 - Inscrição de Dívida Ativa Tributária

2.3.1 – Mensuração da Dívida Ativa

As variações da Dívida Ativa (atualização por encargos, baixas de prescrições e incobráveis, etc.), exceto pelo Recebimento, devem ser registradas por um dos seguintes lançamentos, de acordo com a variação que ocorreu no mês:

a) Se houver a redução do saldo:

D – 3.6.5.1.1.01.01.0109 – Baixa de Dívida Ativa Tributária

C - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

b) Se houver aumento do saldo:

D - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

C - 4.6.3.9.1.01.01.0109 - Inscrição de Dívida Ativa Tributária

2.3.2 – Recebimento da Dívida Ativa

O recebimento da Dívida Ativa é registrado a partir da arrecadação, pelo seguinte lançamento contábil (automático):

D – 1.x.x.x.x.x.x.xxxx - Disponibilidades

2.3.3 – Transferências entre curto e longo prazo

Por ocasião do encerramento do exercício, deve ser apurado o valor que se espera receber até o término do exercício financeiro seguinte. Esse valor deve ser comparado com o já registrado na conta 1.1.2.5.1.99.01.0109:

a) Transferência do Longo para o Curto Prazo:

D – 1.1.2.5.1.99.01.0109 - Dívida Ativa Tributária

C - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

b) Transferência do Curto para o Longo Prazo:

D - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo

C - 1.1.2.5.1.99.01.0109 - Dívida Ativa Tributária

2.4– Ajuste para Perdas

Quando surgirem incertezas acerca do recebimento de valor já considerado como crédito a receber, as perdas estimadas devem ser reconhecidas em conta redutora de ajuste para perdas do respectivo crédito. A estimativa das perdas deve ser realizada por ocasião do encerramento do exercício pelos órgãos responsáveis pela cobrança dos créditos inscritos ou não em dívida ativa.

2.4.1 – Ajuste para Perdas – Créditos de Auto de Lançamento

Os autos de lançamento têm a Receita Estadual como órgão responsável pela cobrança, portanto os valores do Ajuste são apurados por ela. O lançamento inicial deve ser o seguinte:

D – 3.6.1.7.1.01.01.0221 – Ajustes para Perdas Estimadas com Créditos de Autos de Lançamento

C – 1.1.2.9.1.01.01.0221 – (-) Ajuste para Perdas Estimadas com Créditos de Autos de Lançamento

Anualmente, esse valor deve ser reavaliado. Se houver aumento no valor do ajuste o lançamento anterior deve ser repetido no valor da diferença. Se houver redução do valor do ajuste, o lançamento deve ser o seguinte no valor da diferença com o saldo anteriormente contabilizado:

D – 1.1.2.9.1.01.01.0221 – (-) Ajuste para Perdas Estimadas com Créditos de Autos de Lançamento

C – 4.9.7.2.1.01.01.0221 – Reversão de Ajuste para Perdas em Autos de Lançamentos

2.4.2 – Ajuste para Perdas – Dívida Ativa

A Dívida Ativa tem parte da cobrança realizada administrativamente e parte realizada judicialmente. As cobranças administrativas são de responsabilidade da Receita Estadual e as judiciais são da Procuradoria Geral do Estado, portanto os ajustes para perdas são calculados por esses órgãos.

O lançamento inicial deve ser o seguinte:

D – 3.6.1.7.1.05.01.0109 – Ajuste para perdas em Dívida Ativa Tributária

C - 1.2.1.1.1.04.01.0109 – (-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários

Anualmente, esse valor deve ser reavaliado. Se houver aumento no valor do ajuste o lançamento anterior deve ser repetido no valor da diferença. Se houver redução do valor do ajuste, o lançamento deve ser o seguinte no valor da diferença com o saldo anteriormente contabilizado:

D – 1.2.1.1.1.04.01.0109 – (-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários

C – 4.9.7.2.1.01.01.0109 – Reversão de Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Tributária

2.5 – Provisão para Repartição Tributária

O artigo 4º da IN 9/2019 prevê que para os tributos cuja arrecadação gere uma repartição tributária, deve haver reconhecimento de um passivo concomitantemente ao registro do ativo do crédito tributário a receber. Enquanto esse registro for realizado por lançamento manual, ou

seja, sem integração com os sistemas de administração tributária, o lançamento pode ser realizado por ocasião do encerramento de cada exercício.

Para créditos em AUL e Dívida Ativa em Curto Prazo, a provisão também deve ser de curto prazo, conforme segue:

ICMS

D – 3.9.7.5.5.01.01.0057 – VPD de Repartição de Créditos – Cota ICMS

C - 2.1.7.5.5.01.01.0057 – Provisão de Repartição da Cota do ICMS

IPVA

D – 3.9.7.5.5.02.01.0055 - VPD de Repartição de Créditos – Cota IPVA

C – 2.1.7.5.5.02.01.0055 – Provisão de Repartição da Cota do IPVA

Outros Tributos

D – 3.9.7.5.5.99.01.0257 – VPD de Repartição de Créditos – Cota Parte – Outros Tributos/Receitas

C – 2.1.7.5.5.99.01.0257 – Provisão de Repartição da Cota de Outros Tributos/Receitas

Para créditos em Dívida Ativa em Longo Prazo, a provisão também deve ser de longo prazo, conforme segue:

ICMS

D – 3.9.7.5.5.01.01.0057 – VPD de Repartição de Créditos – Cota ICMS

C - 2.2.7.5.5.01.01.0057 – Provisão de Repartição da Cota do ICMS

IPVA

D – 3.9.7.5.5.02.01.0055 - VPD de Repartição de Créditos – Cota IPVA

C – 2.2.7.5.5.02.01.0055 – Provisão de Repartição da Cota do IPVA

Outros Tributos

D – 3.9.7.5.5.99.01.0257 – VPD de Repartição de Créditos – Cota Parte – Outros Tributos/Receitas

C – 2.2.7.5.5.99.01.0257 – Provisão de Repartição da Cota de Outros Tributos/Receitas

Se houver redução dos saldos de repartição tributária, deve ser realizado um lançamento contábil debitando a conta de Provisão e creditando as seguintes Variações Patrimoniais Ativas, conforme o Tributo:

ICMS - 4.9.7.1.5.01.01.0057

IPVA – 4.9.7.1.5.01.01.0055

Outros Tributos – 4.9.7.1.5.01.01.0257

2.6 – Impostos Recebidos Antecipadamente

O Estado geralmente inicia a arrecadação do IPVA em dezembro do ano anterior à competência do tributo. Dessa forma, anualmente deve ser reconhecido um passivo conforme segue:

D – 4.1.1.2.1.06.01.0004 – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

C – 2.2.9.1.1.01.01.0221 – Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador

E, no início do exercício de competência do tributo, deve ser efetuado o seguinte lançamento com o mesmo valor:

D – 2.2.9.1.1.01.01.0221 – Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador

C - 4.1.1.2.1.06.01.0004 – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Como para o IPVA existe a previsão de repartição tributária e esse valor é distribuído à medida que as arrecadações ocorrem, deve ser reconhecido um custo diferido em conta redutora relacionada ao passivo gerado pelo Tributo Arrecado antes do Fato Gerador:

D – 2.2.9.2.1.01.01.0221 – Custo Diferido – Repartição Tributária

C – 3.5.2.1.5.02.01.0008 – Dedução de Receita do IPVA

E, no início do exercício de competência do tributo, deve ser efetuado o seguinte lançamento com o mesmo valor:

D - 3.5.2.1.5.02.01.0008 – Dedução de Receita do IPVA

C - 2.2.9.2.1.01.01.0221 – Custo Diferido – Repartição Tributária

3 – TAXAS

As taxas podem ser de competência de diversos Órgãos do Estado. Durante a elaboração da Instrução Normativa e do Guia de Lançamentos, foi observado que as taxas mais relevantes arrecadadas pelo Estado possuem características de arrecadação prévia, com início da prestação do serviço e/ou do exercício do poder de polícia em pequeno intervalo de tempo.

De qualquer forma, essas situações são constantemente avaliadas e, se as condições estiverem atendidas, serão constituídos ativos para essas taxas.

4 – EVIDENCIAÇÃO

A Instrução Normativa 9/2019 prevê a evidenciação dos seguintes itens em nota explicativa:

- a) o montante dos tributos reconhecidos no ativo circulante, demonstrando separadamente os inscritos em dívida ativa;
- b) o montante dos tributos reconhecidos no ativo não-circulante, demonstrando separadamente os inscritos em dívida ativa;
- c) o montante dos passivos reconhecidos no passivo circulante, oriundos de créditos tributários a receber, e sua metodologia de cálculo;
- d) o montante dos passivos reconhecidos no passivo não-circulante, oriundos de créditos tributários a receber, e sua metodologia de cálculo;
- e) os montantes reconhecidos como ajuste para perdas de créditos tributários a receber, bem como os critérios utilizados para o cálculo.